



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 709/93

“Dá Nova Redação ao Artigo 7º da lei Nº 693 de 22/03/93”

O Presidente da Câmara Municipal de Lajinha, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, face a sanção tácita do Prefeito Municipal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 7º da Lei nº 693, de 22/03/1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído por 08(oito) membros efetivos e mais 08(oito) suplentes, sendo 04(quatro) de órgãos públicos e 04(quatro) de entidades assistenciais privadas:

§ 1º - Os suplentes assumirão automaticamente nas ausências e impedimentos dos Conselheiros Titulares;

§ 2º - Os órgãos públicos municipais com assentos no Conselho são:

- a) Departamento Municipal de Educação;
- b) Departamento Municipal de Saúde;
- c) OME – Órgão Municipal de Educação.
- d)

§ 3º - Os órgãos públicos serão representados pelos respectivos titulares, os quais indicarão os seus suplentes.

§ 4º - As entidades assistenciais privadas com assentos no Conselho são:

- a) APROMEL – Associação Protetora do Menor Lajinhense.
- b) ALEC – Associação Lajinhense Educacional.
- c) Loja Maçônica “Arte e virtude”.
- d) ACEBE – Associação Comunitária Evangélica Betel.

§ 5º - O mandato dos Conselheiros que representam as 04(quatro) entidades assistenciais privadas, será de 02(dois) anos, permitindo-se a recondução por igual período.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 6º - Os membros do Conselho não receberão qualquer tipo de remuneração.

§ 7º - As funções do Conselheiro são consideradas de relevante interesse público, sendo seu exercício prioritário.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de Mil novecentos e noventa e três (17/12/1993).

Paulo Cezar Hastenreiter Portes
Presidente